

Ofício nº 02/2024

Vitória – ES, 29 de janeiro de 2024.

Ilmo. Senhor, Claudiney Cubeiro dos Santos

Titular da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil, 7ª Região Fiscal (ES e RJ).

C/C

Ilmo. Senhor, Eduardo Augusto Roelke

Delegacia da Receita Federal no Espírito Santo – DRF em Vitória.

C/C

Ilmo. Senhor, José Francisco Saraiva Gomes

Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Espírito Santo – PFN/ES

Ref.: Pedido de prorrogação do prazo para adesão ao Simples Nacional.

Ilustre Superintendente,

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Espírito Santo – Sescon ES, atualmente, representa 56 categorias econômicas e mais de 8 mil empresas no Estado do Espírito Santo, dentre as quais estão inseridas as 1900 sociedades de serviços contábeis, as firmas de auditoria, holdings, pesquisas, consultorias e informações. A entidade sempre manteve um contato de proximidade de cooperação com todos os órgãos da administração pública, uma vez que o segmento contábil, é o principal operador do sistema fiscal, tributário e econômico do País. O Sescon ES tem acompanhado de perto as dificuldades dos contribuintes para adesão a transação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para créditos tributários inscritos em dívida ativa. Apesar da publicação do Edital PGDAU n. 1/2024 em 05 de janeiro de 2024, e a abertura do prazo para adesão a partir das 8h, horário de Brasília, de 8 de janeiro de



2024, o portal da PGFN, "Regularize" e o Sistema de Parcelamentos e Outras Negociações (Sispar) apresentam intermitências constantes.

Sem a regularização das pendências junto a Procuradoria, as micro e pequenas empresas, que possuem débitos tributários federais, não poderão usufruir do tratamento constitucional diferenciado, pois sem a sua formalização na transação tributária, a exigibilidade do crédito tributário não estará suspensa, ficando passível de restrição à adesão ou até mesmo sofrer indeferimento do pedido de enquadramento no regime do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, art. 16, §§ 1º-D e 2º; Resolução CGSN nº 140/2018 , art. 6°, § 2° e Resolução CGSN nº 160/2021. Diante deste cenário, que recebemos em nossos canais de atendimento inúmeros relatos das empresas de serviços contábeis preocupadas com os seus clientes que estão na iminência de perderem o prazo para adesão ao Simples Nacional, que se encerra no dia 31 de janeiro de 2024. Como explanado em linhas acima, os problemas sistêmicos, que ainda permanecem até o presente momento, estão inviabilizando o ingresso de milhares de MPEs no Simples Nacional. Temos acompanhado as recentes declarações do Ministro Marcio França, que defende a prorrogação da opção do Simples Nacional para abril ou maio deste ano, tendo em vista a sua sensibilidade na avaliação dos problemas enfrentados pelas MPEs em janeiro, bem como da defesa do programa Desenrola para optantes do regime simplificado. É diante deste cenário, que solicitamos ao Comitê Gestor do Simples Nacional que se sensibilize com os problemas sistêmicos e tecnológicos enfrentados pelas micro e pequenas empresas e que promova a prorrogação do prazo de adesão ao Simples Nacional para os meses de abril ou maio.

Na oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada consideração.

Elido Emmerich Firme
Presidente do SESCON ES